



PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE PESSOAS SURDAS E DEFICIENTES AUDITIVAS COM AUDIOVISUAL

Rita Beraguas de Lima¹

INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou através de levantamento bibliográfico, investigar acerca do processo de ensino aprendizagem de deficientes auditivos/ surdos através da utilização dos meios audiovisuais. Deste modo, se faz necessário enfatizar a publicação do decreto nº 5626/2005 que regulamenta a lei nº 10.436/02, que dispõe no artigo 2º, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. (BRASIL, 2005). Consequentemente, este decreto indica um grande passo para inclusão da pessoa deficiente auditiva, e reforça a busca de meios visuais para auxiliar neste processo de ensino aprendizagem, mais precisamente os meios audiovisuais, como facilitador do processo de ensino aprendizagem destes, haja visto que sua língua mãe, LIBRAS, caracteriza-se por ser visuo gestual e espacial.

Ademais, buscou ancorar as ideias tragas nos artigos com a obra Pedagogia da autonomia de Paulo Freire, que busca basicamente, sustentar seus conceitos em busca de uma escola onde os docentes procurem um meio no qual estes conhecimentos sejam construídos conjuntamente com os alunos, onde não há apenas um que ensina e outro que aprende, ou melhor como o próprio Freire (2002, p. 12) fala, “não há docência sem discência”.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico junto a base eletrônica de dados de periódicos e anais de eventos com publicações compreendidas

¹ Especialista em Libras pela Universidade Cândido Mendes. Bacharel em Psicologia pela Faculdade Mauricio de Nassau. Endereço eletrônico: beraguas@gmail.com



entre 2011 e 2015, além de sites de órgãos federais, com a finalidade de verificar a respeito do uso de recursos audiovisuais no processo de ensino aprendizagem de surdos ou deficientes auditivos em escolas regulares. Também, foi necessário para tal pesquisa a obra de Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*, na qual ancorei o estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, Gianotto, Marques e Manfroí (2015) trazem dados do IBGE do Censo Demográfico de 2010, no qual identificou que cerca de 9,7 milhões de brasileiros declaram ter deficiência auditiva (5,1%). A deficiência auditiva severa foi declarada por mais de 2,1 milhões de pessoas. Destas, 344,2 mil são surdas e 1,7 milhão de pessoas têm grande dificuldade de ouvir. Em virtude desta realidade, é imprescindível estudos sobre este público, principalmente no que concerne à educação, mais precisamente com o uso de instrumentos audiovisuais, pois estudos revelam avanços nesta área, entretanto há muitos entraves no que tange a utilização destes no processo de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, é possível observar um relato semelhante ao dito dantes em relação a realidade da educação, em Andrés (2014) e Nascimento & Santos (2011) que apontam certos avanços na educação de deficiente auditivos/surdos, porém isto não impede de enunciar, que a educação das crianças e jovens com deficiência ainda apresenta muitas dificuldades. Além disso, Nascimento e Santos (2011) apontam que as escolas não têm usado de forma adequada as tecnologias de informação como recurso de ensino. Então, faz se necessário citar o relato da experiência positiva de Cunha (2013), com uma oficina de cinema

Percebi também que as atividades que normalmente faço com meus alunos surdos, práticas pedagógicas baseadas em estímulos visuais, atenderam também às alunas ouvintes. Penso que a educação que entende a diferença com uma realidade e aceita o diverso como um par competente pode trazer contribuições pedagógicas para as escolas dos ditos “normais” (CUNHA, 2013, p. 8).

Então embasando meus estudos em Freire (2002) faz se necessário promover uma educação não meramente bancária, ou seja, meramente transferidora do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas que ela seja dada de forma crítica, onde os dois sujeitos da ação do ensino aprendizagem tenham o papel na criação e recriação dos



saberes ensinados.

É preciso sobretudo e aí vai um desses saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção (FREIRE, 2002, p.12).

Nesta premissa se ver realmente o que este trabalho vem propor, um processo de ensino aprendizagem que seja algo cíclico, onde não há um que ensina e outro só recebe, há sim inversão de papéis, trocas que são benéficas para ambos os lados e que acaba por produzir uma autonomia no aprendiz, que o torna possível mostrar os saberes através de seu olhar de vivente do que lhe é ensinado e não do ponto de vista de algo fora disto, proporciona assim o “pensar certo” que Freire (2002), traz em sua obra.

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas da nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. Ao ser produzido, o conhecimento novo, supera outro, que antes foi novo e se fez velho, e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente (FREIRE, 2002, p. 14).

Corroborando, Almeida (2013) e Ramos & Filho (2014) vem reforçar este aspecto, trazendo que quando direcionadas adequadamente a alunos surdos, os recursos visuais, são estratégias pedagógicas que podem contribuir para a aprendizagem destes, despertando a capacidade de reflexão sobre o que está sendo mostrado, fazendo com que estes, tenham autonomia discursiva e crítica no seu processo de ensino aprendizagem, além de facilitar a percepção do professor também quanto a conceitos internalizados pelos alunos.

Apesar dos avanços obtidos no que concerne a inclusão destes, tem-se muito a fazer e facilitar a eles. Mas, é possível vislumbrar o uso do audiovisual como mais uma ferramenta no processo de ensino aprendizagem do discente surdo/ deficiente auditivo, e promover assim uma maior acessibilidade e também um maior protagonismo deste alunado nesta área.



CONCLUSÃO

Levando em consideração os argumentos apresentados, é possível ver que apesar das políticas públicas terem trago consigo direitos linguísticos e de inclusão aos deficientes auditivos/ surdos, ainda é possível notar que alguns aspectos não têm sido feitos de forma efetiva, pois o cenário da educação destas pessoas apesar dos avanços, ainda apresenta alguns entraves. Portanto, se torna veemente o uso da pedagogia visual, justamente por ser algo mais atraente e natural na aprendizagem destes, possibilitando assim uma aprendizagem mais facilitada. E a escola tem um papel preponderante e importante na utilização destes meios, facilitando assim a transferência de conteúdo, além de possibilitar a ampliação da visão crítica e dar voz a estes indivíduos, para que estes não sejam apenas depositários de conhecimento.

Então, buscou-se através desta pesquisa, uma proposta de uso do audiovisual como processo de ensino aprendizagem, uma forma de promover uma maior acessibilidade do alunado deficiente auditivo/surdo a este meio e também um maior protagonismo destes nesta área, que apesar dos avanços obtidos no que concerne a inclusão destes, tem muita coisa a se fazer e facilitar a eles. Além do mais, garantir meios a estes indivíduos, que façam vê-los não através da ótica da doença, mas de um ser com inúmeras potencialidades.

Enfim há muito a ser dito, pesquisado, discutido e polemizado sobre este assunto, pois poucos estudos foram realizados na área no que tange o uso de audiovisual na educação de deficiente auditivos/ surdos no ensino regular, principalmente tratando-se deste meio como forma que realmente pratique uma inclusão efetiva.

Palavras-chaves: Deficiente Auditivo. Audiovisual. Ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANDRÉS, A. **Pessoas com deficiência nos censos populacionais e Educação inclusiva.** Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2014_14137.pdf> Acesso em: abril 2017.



ALMEIDA, Simone d'Ávila. A utilização da pedagogia visual no ensino de alunos surdos: uma análise do processo de formação de conceitos científicos. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2013, Londrina. **Anais...** Londrina: 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT16-2013/AT16-014.pdf>> Acesso em: abril de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Portal da Legislação**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: abril de 2017.

CUNHA, M. L. M. da. Oficina de cinema em um contexto bilíngue: desafios, conflitos e diálogos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO. Universidade e Participação 3, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <<http://www.lapeade.educacao.ufrj.br/anais/files/WSMF2871.pdf>> Acesso em: abril de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** - saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 54.

GIANOTTO, A. de O.; MARQUES, H. R.; MANFROI, J. A Inclusão Social da Comunidade Surda nas Novas Tecnologias. **Multitemas**, Campo Grande, v. 20, n. 48, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.multitemas.ucdb.br/article/view/145/178>> Acesso em: abril de 2017.

NASCIMENTO, G. V. S. do; SANTOS, R. dos. Educação, inclusão e tics: o uso de tecnologias da informação e comunicação como recurso para inclusão de deficientes auditivos. In: VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2011, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011. p. 2879-2802

Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/NOVAS_TECNOLOGIAS/258-2011.pdf> Acesso em: abril de 2017.

RAMOS, M. I. B. B.; FILHO, L. A. C. de R. Vídeo em Libras: um estudo sobre produção e consumo de material audiovisual para a educação de surdos. **R. Bras. de Ensino de C&T**, Curitiba, v.7, n.1, jan/abr. 2014. p. 142-158

Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/1406/1218>> Acesso em: abril de 2017.